

VARNHAGEN E O ELOGIO DA REDENÇÃO

RICARDO LUIZ DE SOUZA

Resumo

O pensamento de Varnhagen deve ser compreendido a partir de suas inovações metodológicas e da incessante busca documental por ele empreendida. Deve ser compreendida, também, como uma expressão da mentalidade das elites do período imperial. O objetivo proposto é estudá-lo a partir de ambas as vertentes, analisando-o como um elogio da redenção, ou seja, da missão desempenhada pelo colonizador branco.

Palavras-Chaves: Poder - Tradição - Índio

Abstract

The thought of Varnhagen must be understood from its methodological innovations and of the incessant documentary search for undertaken it. It must be understood, also, as an expression of the mentality of the elites of the imperial period. The considered objective is to study it from both the sources, analyzing it as a compliment of the redemption, or either, of the mission played for the white colonizator.

Key-words: Poer – Tradition – Indian

Introdução

Nascido em 1816, Francisco Adolfo de Varnhagen deve, indiretamente, sua carreira de historiador a Pedro II: ao obter, durante seu reinado, um lugar na carreira diplomática, obteve acesso a arquivos relacionados à história do Brasil existentes em cidades como Lisboa, Madri e Viena, além do próprio tempo disponível para escrevê-la

Ele simboliza, segundo Malatian, a ligação entre serviço diplomático e escrita da história, com o primeiro servindo de suporte institucional para a segunda (Malatian, 2001:10). Tal suporte permitiu a ele efetu-

ar extensas pesquisas em arquivos de diversos países, das quais Oliveira Lima foi testemunha ao realizar suas próprias pesquisas e chegar a uma conclusão desapontadora, por ver constantemente negado o pioneirismo de sua busca: “Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aqueles papéis, se me deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen” (Apud Malatian, 2001:176). E é importante salientar, ainda, ter Oliveira Lima- outro representante, aliás, da ligação acima referida- as mesmas simpatias “pela administração centralizadora e preservação da unidade nacional, tal como preconizara Varnhagen” (Malatian, 2001:334).

Varnhagen é um autor fundamental, não no sentido de sua leitura ser indispensável para a compreensão do processo histórico de formação da nacionalidade- neste sentido ele já foi amplamente superado, embora sua incessante busca por fontes primárias torne sua obra um cabedal de informações ainda hoje valioso-, mas por ter ele lançado os fundamentos da legitimação do processo de dominação oficial cujas raízes encontram-se na dominação portuguesa, dominação esta da qual o autor se fez apologista.

pensavei para compreendermos toda a mitologia criada em torno deste processo de dominação, mitologia esta que foi, a partir de então, incessantemente reutilizada e ressignificada. Mitologia que é a sua e que ampara sua obra, e mitologia que, se não foi criada por Varnhagen, foi por ele sintetizada e decodificada. Fazendo isto, ainda, ele transformaria sua obra, finalmente, em manancial de onde brotariam idéias caras à ideologia autoritária que iria consolidar-se ao longo do tempo até desaguar no Estado Novo e espalhar-se ainda além (em seus livros encontramos conceitos que teriam importância fundamental, por exemplo, nas obras de Oliveira Viana e Azevedo Amaral, entre outros).

E compreender o olhar de Varnhagen é compreender, também, o olhar do colonizador. Esta identidade de olhares permite, por exemplo, que ele incorpore a perspectiva de autores e viajantes coloniais como Staden, Léry, Gandavo e Gabriel Soares de Sousa, a tal ponto que, na segunda edição de **História Geral do Brasil**, as citações atribuídas a estes autores na primeira edição serem, agora, subsumidas no texto (Cezar, 1999:50). O olhar do viajante torna-se o seu olhar.

Se é, portanto, evidente lugar comum dizer que um autor retrata o seu tempo, poucos retrataram-no com tanta precisão quanto Varnhagen, o que é ressaltado por Martins: “Acrescente-se que o Visconde de Porto Seguro foi, pelas qualidades de seriedade intelectual e trabalho infatigável, pelos defeitos de estilo e preconceitos mentais e pela propensão conservadora, se não reacionária, do seu espírito, o historiador que mais fielmente poderia ter refletido o seu próprio momento histórico” (Martins, 1996: vol. II, 514). E Reis aponta na mesma direção, ao estudar o autor: “Deve ser lido como um grande depósito de informações sobre o Brasil, um arquivo portátil, e como a interpretação do Brasil mais elaborada e historicamente eficaz do século XIX” (Reis, 1999:33).

decodificar os fundamentos de uma tradição política e cultural de ampla ressonância e crucial importância no pensamento brasileiro. Nele, encontramos “uma síntese admirável dos ideais e objetivos das classes dirigentes que tomaram a seu cargo a construção de uma Nação” (Odália, 1997:24). Varnhagen criou, em síntese, uma história oficial sem a qual não é possível compreendermos o pensamento autoritário brasileiro. Não é exagero, mesmo, dizermos que a história oficial brasileira é a história escrita pelo autor. Por isso ele é fundamental: porque em sua obra foram construídos fundamentos.

Na edição de 1871 de **História geral do Brasil** os três capítulos sobre os costumes indígenas passaram para o início do livro, o que pode ser entendido como uma tentativa de conciliação com o indianismo, situando a etnia no início da história nacional. Mas a visão depreciativa do índio que sempre marcou sua obra permanece, mantendo-se, ainda, um postulado fundamental da mesma: data da instalação definitiva do português o início da civilização brasileira. O que fica para trás ele desconsidera, bem como desconsidera por completo a influência negra como elemento formador desta civilização. É, portanto, neste momento de fundação que tal civilização tem seu marco inicial, e apenas o processo de colonização promovido pelo homem branco é levado em conta como seu elemento constituinte. A partir deste momento de fundação, segundo o autor, criam-se os alicerces da civilização, inexistente entre os indígenas:

“Vemos as colônias e as suas competentes autoridades; vemos o reconhecimento das leis; vemos as práticas, assim do que respeita às consciências, pelas cerimônias dos sacrifícios religiosos, como ao estado social pela celebração dos matrimônios; vemos garantida a segurança individual e a propriedade, e sem valhacouto as tropelias e injúrias” (Varnhagen, 1979:55).

Varnhagen recusa o caráter despótico e autoritário da colonização portuguesa;

esta foi uma colonização branda, na qual a coroa cedia aos colonos a maior parte de seus direitos, mantendo sobre seus domínios não mais que um protetorado com poderes muito limitados, o que o leva a afirmar: “Quase que podemos dizer que Portugal reconhecia a independência do Brasil antes de ele se colonizar” (Varnhagen, 1979:59). Tal recusa, sugere Rodrigues- o que ele chama de *oficialismo* do autor- liga-se ao fato deste ter usado preferencialmente as fontes oficiais, ignorando as fontes da oposição (Rodrigues, 1982:221). Liga-se a esta preferência, explica-a, e é explicada por ela.

Criou-se assim, no Brasil, um processo colonizador diferente do domínio exercido por Portugal em suas possessões asiáticas. Ali, o retrato descrito por Varnhagen é outro e bem menos idílico, e suas consequências, a nível moral, são por ele acentuadas: “A glória que Portugal adquiriu na Ásia custou-lhe, entretanto, a perda de muito de sua população, e o perverter em parte a índole dos seus habitantes, com tantas piratarias e crueldades” (Varnhagen, 1948a:vol. I, 123).

O pensamento de Varnhagen privilegia a linearidade; sua mentalidade não aceita rupturas históricas e busca antes desembaraçar-se delas que explicá-las. Qualquer tentativa de mudança brusca do processo histórico tende a encontrar nele um inflexível opositor e, se tais tentativas são de cunho popular e voltadas contra o domínio das elites, aí é que tal condenação torna-se absoluta.

A análise e avaliação que Varnhagen faz das revoltas coloniais ajuda, neste sentido, a entendermos seu pensamento . A revolta de Beckman, por exemplo, ocorrida no Maranhão no período colonial, foi não apenas contra os monopólios portugueses mas, também, a favor do restabelecimento da escravidão indígena. Foi uma rebelião conservadora, daí contar com o apoio do autor, não extensivo à outras rebeliões.

Em contraste com a revolta de Beckman, a Inconfidência Baiana é descrita como abolicionista, socialista e tendo como agentes homens do povo, e ele vê, em

tais características, motivos para condená-la. E pesa, ainda, a questão racial quando Varnhagen descreve-a: “Os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiam a quarenta; nenhum deles homem de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos” (Varnhagem, 1979:139). A origem étnica e social são elementos que, para ele, bastam para desmerecer a insurreição.

Varnhagen faz, ainda, o elogio do domínio lusitano, de tal forma que, após fazer uma crítica acerba dos efeitos da colonização portuguesa- o único trecho da obra onde ele mostra-se realmente crítico em relação à ela- o autor como que recua a tempo, eximindo-se de qualquer intenção de censura e acentua: “Fazemos estes reparos sem nenhuma prevenção, nem tendências a censurar. Os erros provinham de ignorância crassa, não de intenção. A si mesmo Portugal não se governava então melhor” (Varnhagem, 1948a:Vol. I. 333). É como se, por um momento, ele abandonasse sua própria perspectiva histórica, para retornar rapidamente a ela.

Ele torna-se um crítico da colonização portuguesa apenas quando aborda a influência católica sobre os reis portugueses e, mais especificamente, a influência inquisitorial, e tal influência o leva a afirmar: “Não nos indignemos, nem nos riamos. Eram as idéias do tempo na metrópole e na corte, e demo-nos por mui felizes de não termos vindo ao mundo no tempo em que a nossa terra estava sujeita a tais influências. O próprio rei, em meio de seus folgedos proverbiais, era escravo submisso da Inquisição” (Varnhagen, 1943:95). E sua crítica à Inquisição caminha a par, como é habitual em sua obra, com o reconhecimento da necessidade de seu estudo e da publicação da documentação a ela referente, “para fazermos idéia como uma tal perseguição, com os competentes abusos de espionagem, devia servir a satisfazer vinganças particulares, e a introduzir a geral desconfiança e, portanto, muita estagnação nas relações de comércio, e nas intelectuais também” (Varnhagen, 1948b:124).

O elogio à colonização branca não se limita, ainda, apenas à colonização portuguesa. Também Nassau (assim como Southey, aliás, já o havia feito) é coberto de elogios pelo autor. Nassau, para Varnhagen, “restituiu à religião o devido acato, à lei e às autoridades o necessário respeito, e deu a todos tranquilidade e segurança; e procurou assentar as bases de uma nova sociedade livre, formada de elementos diferentes, mas gozando todos de idênticas imunidades” (Varnhagen, 1979: 99). Não ficaríamos mal servidos, portanto, sob domínio holandês, embora, como acentua Mello, Varnhagen abstenha-se de discutir a questão de uma eventual superioridade holandesa (Mello, 1986:369).

O autor identifica ainda, nas consequências da invasão holandesa, os fatores de construção da nacionalidade. Com ela, aproximam-se o senhor e o escravo, o soldado europeu e o brasileiro ou o “índio amigo”. Com ela, desfaz-se um mal entendido: Varnhagen atribui o preconceito racial no Brasil não à cor da pele e sim às formações culturais e o justifica atribuindo-o à própria inferioridade cultural do negro e do índio. Com a invasão holandesa, ambos descobriram que “certo desfavor, em que se julgavam, não provinha de suas cores e sim da falta de mérito para serem melhor atendidos” (Varnhagen, 1979: 107).

Temos em sua obra, também, o elogio da aristocracia, vista tanto como criadora e mantenedora das tradições nacionais quanto como barreira contra os excessos da democracia. Segundo ele, “a experiência prova que as aristocracias, sustentáculos dos tronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tirânicos e intolerantes das democracias” (Varnhagen, 1948a:Vol. I. 181). Ela é, em suma, o alicerce e o artífice da estabilidade social e é a ela e não ao povo que cabe a construção da nacionalidade; uma concepção que seria retomada, entre outros, por Oliveira Viana, quando este afirma:

“Essa poderosa aristocracia rural, que, depois da Independência, senhoreia o

governo do país, traz do recesso das fazendas, onde obscura e lentamente se elabora, uma mentalidade própria, em cuja formação não é difícil descobrir e extremar as reações sutis do ambiente rural operando sobre a mentalidade da raça superior originária” (Viana, 1973: vol. I, 51).

Para pensarmos, também, como o autor enfoca a questão escravista, podemos tomar como ponto de partida sua abordagem do tráfico de escravos. Este nasceu, para Varnhagen, em decorrência da proibição da escravidão indígena, o que gerou um mal ainda maior do que se pretendia combater. Segundo ele:

“As exageradas pseudo-filantropias em favor dos índios serviram a fomentar o tráfico africano; assim a pretexto de se aliviarem sevícias (que doutra forma se puderam ter combatido) contra as gentes de um país que se pretendia civilizar, começaram os particulares a enviar navios além do Atlântico a inquietar povos alheios, de igual barbaridade, e a prendê-los e a trazê-los em cadeias, e a fazer que muitos falecessem nos navios, e a que importassem com males de lepra, a lepra ainda maior da escravidão hereditária” (Varnhagen, 1948a:Vol. I. 403)

Varnhagen identifica e define, então, como uma lepra hereditária, a anomia social provocada pela escravidão e acentua a corrupção moral provocada por ela em relação aos escravos. Segundo ele:

“A escravidão, como ela foi admitida entre nós, alheia à ternura da família, endurecia o coração dos escravos, os quais não queriam adquirir inclinações que de um momento a outro lhe seriam contrariadas, nem podiam interessar-se tanto pela prosperidade de seu próprio senhor, visto que dela nada lhes cabia em sorte, desde o dia em que passavam a outro dono” (Varnhagen, 1948a:Vol. I. 265).

Ele repete, assim, um preceito básico do escravismo: criticando a escravidão e deplorando suas consequências, seu efeito desmoralizante sobre o negro, conclui-se

pela desclassificação moral e social deste, definido como uma vítima da escravidão, mas uma vítima socialmente deletéria, incapaz de recuperação sem a tutela do branco. A crítica à escravidão transforma-se em argumento contra o escravo.

O próprio caráter estritamente utilitário da escravidão impede a criação de laços efetivos e afetivos entre senhor e escravo, laços que, segundo o autor, poderiam resgatar o escravo de seu isolamento. Ao mesmo tempo, ele define a escravidão como um processo civilizador em relação ao próprio negro, e lembra:

“E o certo é que, passando à América, ainda em cativeiro, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no Continente donde é oriunda” (Varnhagen, 1948a:Vol. I. 264).

A escravidão é vista como benéfica aos negros, em última instância, por terem estes ingressado em uma sociedade cultural e moralmente superior. Trata-se, por outro lado, de uma instituição corruptora da moral, por introduzir na sociedade um elemento irreligioso e amoral, qual seja, o escravo. Moral e religião, colunas mestras da sociedade para Varnhagen são, assim, exclusividades do homem branco, passíveis de corrupção em contato com outras raças.

A escravidão negra tornou-se um mal necessário devido à ação jesuítica que terminou levando à proibição da escravidão indígena, esta sim a escravidão, digamos, adequada ao Brasil. Esta é a principal crítica que o autor faz aos jesuítas, que são criticados, ainda, sempre que seus interesses colidem com os interesses da Coroa portuguesa, ou que sua ação possa a vir fomentar, de uma forma ou de outra, manifestações hostis ao domínio lusitano; isto, Varnhagen não perdoa.

A postura do autor perante a escravidão é, portanto, marcada pela ambiguidade.

a legitimidade destas é inapelavelmente recusada, o que o leva, por exemplo, a definir a destruição de Palmares como “esses heróicos feitos dos paulistas” (Varnhagen, 1948a:Vol. III. 321). Nesse sentido, a principal crítica feita por ele à Inconfidência Baiana refere-se ao desejo dos insurretos de promoverem a libertação dos escravos. Tais insurretos estavam “esquecendo-se de que, quando em uma província com tanta escravatura, a sua generosidade lograsse triunfo, libertando a todos os escravos, como prometiam, depressa, como se viu no Haiti, seriam vítimas destes, desenfreados e em muitíssimo maior número” (Varnhagen, 1948a:Vol. V. 24).

O conservadorismo acerbado do autor é exemplificado em um episódio narrado por Sérgio Buarque: “No caso de Varnhagen, sua posição extremamente reacionária tem a ver com um acendrado respeito às hierarquias, confessado a D. Pedro em carta onde pede ao imperador que o não confunda com Hercúlo, um meio socialista a seu ver, por que *nem quis ser empregado do Estado*” (Holanda, 1996:157). E é esse respeito à hierarquia que o leva à condenação intransigente de qualquer rebelião negra ou indígena. Bem sucedidas, elas teriam o efeito mortal de quebrar a ordem hierárquica que garante ao homem branco a supremacia, e que Varnhagen considera a ordem natural. Neste sentido, é importante lembrar que, em texto publicado em 1849 na *Revista Guanabara*, ele defende a extinção do tráfico negreiro para evitar a ameaça de uma eventual supremacia numérica negra no Brasil, recomendando sua substituição pela escravidão indígena. Caberia, para tal, o uso da força em relação ao “índio bravo” e a atração do “índio manso” para um pacto social no qual sua posição subalterna estivesse claramente definida (Gagliardi, 1989: 34-7).

Ângela de Castro Gomes menciona o surgimento, a partir de meados dos anos vinte, de uma retomada do interesse pela obra de Varnhagen (Gomes, 1996: 84), com tal retomada ocorrendo no contexto de uma retomada mais ampla do interesse pela história do Brasil, e recuperando um autor que

pensadores do período, tais como a identidade nacional e a questão racial. De fato, a construção de uma identidade nacional é problematizada por Varnhagen, que propõe uma equação básica: ou o Brasil será europeu ou será selvagem. Também a questão racial é aludida por ele, a partir de um pressuposto fundamental: ou o Brasil será branco ou não será nada.

Varnhagen não pode ser compreendido fora do projeto historiográfico levado adiante pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Karl Philip von Martius, de certa forma, traçou as diretrizes. A obra de Varnhagen é uma das expressões desse projeto e, nela, projeta-se a imagem de um passado profundamente identificado com a mentalidade das elites imperiais. A identidade entre Varnhagen e o Instituto expressa-se também em termos metodológicos, de forma que a incessante busca por documentos que está na base do método historiográfico utilizado por ele esteve igualmente na base da constituição do IHGB. Tal identidade deve, entretanto, ser matizada, e a similaridade de métodos não pode nos fazer esquecer as diferenças entre as idéias defendidas pelo autor e a mentalidade dominante no Instituto, onde predominavam o indianismo e o romantismo; tendências às quais Varnhagen iria opor-se francamente. Próximo ao Instituto em seu conservadorismo, ele iria afastar-se da instituição, contudo, em aspectos fundamentais para a compreensão da história do Brasil.

A história deve servir, de acordo com Martius, para criar um sentimento de unidade nacional que passe pela identificação desta unidade com o próprio Império. Em linhas gerais, este é também, como lembra Cano, o propósito de Varnhagen. (Cano, 1998:53): o seu projeto. Como também lembra Scwharcz:

“Considerado por muitos como o primeiro historiador nacional, Varnhagen desempenhou no interior do instituto um papel exemplar, com sua pretensão de escrever a história do Brasil. Uma história específica porque monárquica, em meio a tantas repúblicas, como também conservado-

ra, já que profundamente vinculada a aristocracia rural dominante e ao próprio Império” (Scwharcz, 1995:107).

Por outro lado, um crítico literário define Varnhagen como “o fundador simultâneo da nossa historiografia geral e da nossa historiografia literária” (Coutinho, 1968: vol. I, 112). Já segundo Sanches, “claramente viu Varnhagen os direitos da nossa literatura e da nossa expressão verbal, e com alto senso das coisas, de maneira impressionante, formulou, naqueles exemplos, o absurdo de sujeitar o nosso vocabulário ao léxico português” (Sanches, 1940:95): aqui também, portanto, sua importância e pioneirismo devem ser ressaltados. Mas a preocupação com a história literária, a paixão pela literatura, não o ajudou em termos estilísticos, o que levou Prado a definir o estilo do autor como “uma coisa desgraciosa e opaca”, embora conclua: “Portanto, Varnhagen não será pelo cunho artístico de suas obras que merecerá a nossa veneração. Ele foi simplesmente um erudito historiógrafo, bem fornido de probidade literária, dotado de um excelente faro, cheio de uma paciência germânica na investigação e de um cuidado minucioso no aproveitamento do resultado de suas pesquisas” (Prado, 1916:152).

Também a obra do autor referente à crítica e história da literatura brasileira- obra precursora e fundamental para a construção do cânone literário brasileiro- faz parte deste projeto e ajuda a entender a vertente nacionalista de seu pensamento. A escolha dos poemas incluídos no **Florilégio da poesia brasileira**, coletânea por ele organizada, como lembra Lopes, segue tendência nacionalista: “na escolha dos poemas prefere os menos realizados, mas com caráter americano, àqueles mais perfeitos, mas que traem na origem Grécia ou Roma, como também chama de “Florilégio” e não de “Parnaso” à coleção “pelo mesmo motivo de estarmos em briga com a mitologia” e, na escolha dos nomes, prevalecem os nascidos no Brasil” (Lopes, 1997: 182). Delinea-se, assim, a tentativa de constituição de uma nacionalidade em termos literários,

tentativa à qual Cairo acrescenta, ainda, “um forte instinto de americanidade” (Cairo, 2000:87). Uma americanidade, contudo, que não deve significar, segundo Varnhagen, ruptura com a cultura européia:

“A América, nos seus diferentes estados deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse que, para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa” (Varnhagen, 1946:15).

A questão literária liga-se, por sua, à a questão da identidade nacional- de sua construção-, questão esta que desempenha importância fundamental na obra do autor. Tal construção torna-se viável, segundo o autor, apenas a partir da delimitação da linha entre barbárie e civilização, e o melhor instrumento de demarcação, para ele, são os monumentos; daí a necessidade de, ao mesmo tempo, conhecê-los e cultuá-los. Para Varnhagen, “os monumentos são as pegadas da civilização em qualquer território: são as barreiras que devem extremar os tempos históricos desses de barbaridade, de cujas rixas canibais se não levantavam, e ainda bem, nem sequer provisórios troféus” (Varnhagen, 1948a:Vol. I. 327). Os monumentos, em síntese, devem demarcar o território do homem branco, e seu culto deve preservá-lo.

Tal demarcação se faz, por seu turno, em oposição ao território indígena, e esta oposição baliza toda a obra do autor. Situar-mos o índio na obra de Varnhagen é fundamental para compreendê-la: ele significa a barbárie em oposição ao homem branco, e uma barbárie de tal modo irrecuperável que, depois de quase três séculos de contato com o homem branco, ele chegou a mudar pouco ou nada: “Quanto aos índios, pouco ou nada se havia melhorado. Ou seguiam nos bosques matando-se e comendo-se uns aos outros, ou, à custa de esforços, gastos e sacrifícios, se chegavam por muito favor a aldear sem vantagens decididas para a sociedade” (Varnhagen, 1948a:vol. V. 71).

Os índios possuem, para Varnhagen, um pecado capital: não possuem o sentimento patriótico, são incapazes de possuí-lo e, por isso, não podem ser incorporados a nenhuma idéia de nacionalidade. Assim ele os descreve:

“Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nomâdes tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria” (Varnhagen, 1979: 37).

A partir daí, ele coloca-se em franca oposição ao romantismo indianista. Para ele, o estado selvagem no qual o índio se encontra é a antítese da felicidade e, nele, não há o que glorificar, não há o que exaltar. Nele, o homem está mais próximo de ser fera do que de ser homem e “as leis a que o homem quis voluntariamente sujeitar-se, depois de mui tristes sofrimentos do mesquinho gênero humano antes de a possuir, não tem outro fim senão fazê-lo mais livre e mais feliz do que seria sem elas” (Varnhagen, 1979: 44).

Varnhagen dialoga diretamente com Rousseau e com suas “paradoxais simpatias pelo estado selvagem”, para descrever o triste estado em que se encontra o índio antes de ser redimido: “O selvagem, cercado sempre de perigos, não sabe o que seja tranquilidade d’alma: de tudo tem que prevenir-se e recear-se; fica desconfiado de caráter, e inábil de pensar sequer em concorrer para melhorar a situação da humanidade” (Varnhagen, 1948a:vol. V. 58). Somente o homem branco tem capacidade de criar leis sociais e, portanto, de redimir o índio da barbárie na qual ele está imerso. Sua missão, portanto, é redentora e a obra de Varnhagen pode ser definida, em linhas gerais, como o elogio da redenção, mesmo quando tal redenção implica em escravidão do redimido, e a grande crítica que ele faz aos jesuítas é exatamente, como vimos, a de terem impedido que o cativo

indígena se concretizasse e se generalizasse (Varnhagen, 1948a:vol. V. 393). Protegendo os índios, os jesuítas perverteram-nos, o que leva o autor a acentuar: “Notou-se que à medida que os índios se viam mais protegidos e mimados, mais insolentes se tornavam” (Varnhagen, 1948a:vol. V. 405).

Isto porque os índios são definidos como incapazes de construir um governo centralizado- pressuposto para a construção da nacionalidade- perdendo-se, pelo contrário, em rixas destruidoras e intermináveis. São incapazes de seguir outros estímulos que não a fome e a vingança (Varnhagen, 1948a:vol. V. 36). Daí a idéia de redenção: “Assim tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante situação” (Varnhagen, 1948a:vol. V. 31). E tal redenção implica, necessariamente, em europeização, com Varnhagen buscando europeizar mesmo os hábitos de caça herdados do convívio com o indígena, chegando a recomendar a introdução da falcoaria no Brasil, em detrimento de técnicas nativas reconhecidamente eficazes (Holanda, 1957:79).

O reconhecimento da inferioridade do indígena (que nunca é colocada, porém, em termos raciais) e a constatação de seu inevitável desaparecimento caminham a par, entretanto, com constantes alertas sobre a necessidade de estudá-lo e de preservar sua cultura, seja elaborando “um trabalho organizativo e científico de todas as línguas indígenas do Brasil” a partir da criação de escolas de línguas indígenas e da impressão de dicionários bilíngues de português e de línguas indígenas, seja criando, no IHGB, uma sessão de etnografia indígena (Motta, 1998:163). Mas ele não é tomado como objeto de estudo por Varnhagen- embora ele se preocupe, por exemplo, em definir suas origens, buscando insistentemente comprovar a origem euro-asiática do indígena, comparando, por exemplo, vocábulos indígenas com os de antigas civilizações (Priore & Venâncio, 2001:209)- devido a sua impor-

tância específica, e sim para que menor se aquilate a “mudança ocasionada pelo influxo de cristianismo”, ou seja, são utilizados como contraponto para que assim fique realçada a superioridade do português na formação da nacionalidade brasileira.

E, sem o surgimento deste, tal civilização sequer seria esboçada. Isto porque, debilitados pelo hábito da sodomia, pelas rixas intermináveis mantidas entre si, e caracterizados pela inexistência de qualquer apego à terra devido à existência nômade (este é o retrato feito pelo autor), os índios tenderiam, de acordo com Varnhagen, ao enfraquecimento numérico constante e à auto destruição. Seriam, assim, uma raça condenada ao desaparecimento, o que exime, aliás o homem branco de qualquer responsabilidade neste processo: belicoso e sanguinário por natureza, como lembra Dias, ela estaria fadado à destruição, mesmo sem a colonização européia (Dias, 1974:125).

De qualquer forma, Varnhagen escreve contra a corrente: em pleno romantismo, quando a idealização do índio é erigida em princípio por elites em busca de raízes que permitam a construção de uma identidade nacional, ele é um dos poucos a não fazer concessões, e o índio, em sua obra é, no máximo, um selvagem a ser redimido.

Faltam aos índios, ainda, concepções religiosas e laços familiares (e também os negros seriam descritos como pessoas sem laços familiares). Movem-se levados apenas pelo instinto de vingança. A substituição desta “humanidade bestial” pelo português é vista não apenas como indispensável à criação, no Brasil, de instituições portadoras de civilização como é definida, também, como um ato de justiça, uma vez que, às crueldades feitas pelo indígena chega, junto com o português, o dia da expiação.

Ao celebrar a missão civilizadora do homem branco, porém, Varnhagen busca não constituir um simples panegírico. Lembra ser necessário ouvir as vítimas deste processo e pormenorizar seus excessos e crueldades. Feito este reparo, contudo, em momento algum de sua obra ele preocupa-se em exercer, na prática, tal intenção.

A dominação do indígena pelo homem branco não pode, contudo, ser apenas um processo de espoliação e violência. Deve e tem a obrigação de ser um processo de regeneração e assimilação; só isto a justifica. O europeu deve dominar o índio e o negro para assimilá-los, para fazê-los desaparecer culturalmente (e mesmo racialmente, daí a importância da miscigenação) e renascerem como povos europeizados, ou seja, redimidos da barbárie. Mas é preciso especificarmos e diferenciarmos: o objetivo final de todo este processo não é, pura e simplesmente, a europeização do brasileiro e, sim, a criação do homem branco brasileiro, fruto de um processo de miscigenação e, como tal, branco, mas distinto do europeu.

A visão paternalista do índio definido como criança sobre o qual devemos exercer nossa autoridade é, finalmente, comum ao autoritarismo brasileiro em um contexto mais amplo. Seria adotada e estendida por exemplo, por Plínio Salgado, a todo o povo brasileiro, quando este apela a Getúlio: “Continue, pois, o Sr. Getúlio Vargas a sua conscienciosa administração; seja o bom tutor deste povo infantil” (Apud Trindade, 1979:83).

Neste sentido, embora Varnhagen trate os jesuítas com inegável antipatia, há pontos de contato entre a perspectiva com a qual ele encara os índios e a perspectiva jesuítica. A imagem que o autor constrói do índio, por exemplo, é a de um ser essencialmente promíscuo, tendo tal imagem origens jesuíticas e estando presente nos textos dos primeiros jesuítas (Vainfas, 1989:19). Da mesma forma, os jesuítas negaram à cultura indígena qualquer dimensão religiosa; definiram o mundo guarani, segundo Clastres, como desprovido de qualquer sentimento religioso. Nas palavras da autora, “em suma, estavam até mesmo aquém do paganismo e a dimensão religiosa parecia faltar completamente à sua cultura” (Clastres, 1978:15). A crença na inexistência de uma religião indígena tem, assim, sua origem nos jesuítas e foi partilhada por vários autores, entre os quais Varnhagem. (Bosi, 1996:68).

Por outro lado, a miscigenação é utilizada como subsídio para a criação de uma

história inculcanta. Houve, para Varnhagen, não conquista e extermínio, mas assimilação. Segundo ele, “a abundância que havia de mestiços e mamelucos, que segundo os jesuítas, eram os autores de tantas invasões de índios indômitos no sertão, vem em auxílio dos que cremos que o tipo índio desapareceu, mais em virtude de crescimentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio” (Varnhagen, 1979:68).

Varnhagen não é, entretanto, racista, no sentido de defender uma superioridade racial inata. Tal superioridade existe, mas é cultural e pode ser superada através da transmissão de cultura, sendo esta uma tarefa pedagógica que cabe às elites e deve ser exercida por elas, mesmo que de forma autoritária.

Neste sentido, Felipe Camarão é o protótipo do índio ideal para o autor, o índio “associado à causa da civilização”, lendo e escrevendo bem, sequer estranho ao latim. Ao descrevê-lo, Varnhagen acentua: “Ao vê-lo tão bom cristão e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim deve abismar-nos a magia da educação que, ministrada embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria” (Varnhagen, 1943:292). E, neste comentário, temos todo um programa, ainda mais se levarmos em conta que o autor deplora a existência, ainda em seu tempo, de índios não assimilados.

Ao contrário, enfim, dos românticos, e ao contrário, mais especificamente, de José de Alencar, que sempre manifestou seu desinteresse pela figura real e histórica do índio, fazendo questão de acentuar que “no Guarani o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça” (Alencar, 1990:61), Varnhagen dedica uma parte considerável de sua obra ao estudo do indígena, de seus costumes, crenças e origens. Realiza, neste sentido, um

estudo pioneiro que, mesmo tendo se tornado falho, preconceituoso e anacrônico, permaneceu como marco.

Quanto ao negro, não temos nada disto e, se ele entra na história de Varnhagen, nela não se enquadra, permanecendo um elemento solto e dissonante, ocupando uma espaço na obra do autor consideravelmente inferior ao do índio. Varnhagen pouco se preocupa em analisá-lo e não busca destacá-lo como elemento constituinte da formação nacional. Neste ponto, podemos defini-lo como um romântico às avessas, dando primazia histórica e analítica ao índio em detrimento do negro, mesmo que seja para criticá-lo.

Isto porque, para ele, o índio faz parte da história brasileira como um elemento natural em relação a ela, enquanto o negro não deveria fazer parte dela, nela entrando devido a uma deplorável atitude jesuítica. O esquema histórico proposto pelo autor é binário, composto por portugueses e índios. O negro entra, na história brasileira, de fato, mas não de direito; permanece um ser relativamente exótico, que ele pouco preocupa-se em conhecer.

No elogio à colonização portuguesa está presente o elogio à centralização política que a fundamentou, e está implícita a defesa da necessidade de preservá-la e, na necessidade desta defesa fundamenta-se seu elogio ao processo de Independência; esta se deu sem que tal unidade fosse ameaçada e conseguiu, neste sentido, preservar a herança portuguesa. Admirador da obra colonial, Varnhagen minimiza, na Independência, seu sentido de ruptura, seguindo, de resto, seu vezo de relativizar rupturas históricas. E, finalmente, Portugal tornou possível a unidade racial, territorial e religiosa brasileira, e a preservação de tal unidade é tarefa primordial, cabendo ao Estado executá-la e, com isto, agir no sentido de reprimir qualquer sinal de discordância em relação ao legado português, que é, em última análise, a civilização branca.

Ele desconfia da sociedade civil e não a considera capaz de levar adiante, de for-

ma autônoma, o processo de construção da nacionalidade. Esta deve e só pode ser tarefa do Estado, e sempre que a sociedade entra em conflito com o Estado, busca contestar suas ações e seu estatuto, Varnhagem coloca-se inexoravelmente contra tais movimentos sociais. Cabe ao Estado preencher o espaço histórico e político que seria, de outra forma, ocupado pela heteronomia social, e cabe a ele agir em nome da sociedade. Foi o que ocorreu na Independência, movimento bem sucedido porque levado adiante sob a tutela e o controle das elites estatais, ao contrário, por exemplo, das insurreições pernambucanas de 1817 e 1824. A estas, Varnhagen reserva as palavras mais duras.

Cabem ao historiador e ao intelectual, principalmente ao historiador, neste processo, um papel fundamental. Segundo Odália:

“O intelectual e, especificamente no caso de Varnhagen, o historiador aparecem como uma espécie de decodificadores dos frequentemente estranhos e recônditos caminhos palmilhados pelo Estado, a fim de esclarecê-los e, quando necessário, justificá-los. Nessa tarefa de esclarecimento, que se destina principalmente à nascente consciência nacional, o objetivo principal é realçar a presença do Estado” (Odália, 1997:69).

O estudo da Independência leva-o, por sua vez, a formular uma questão: como o Brasil manteve-se unido em um continente marcado pela desunião? Esta é a pergunta que estrutura toda a obra de Varnhagen; toda ela uma resposta a esta questão, e uma resposta que aponta na direção do Estado. Foi o Império Colonial que criou o Brasil e garantiu a unidade brasileira e, neste sentido, o Brasil é filho de Portugal em mais de um aspecto; a Coroa Portuguesa o criou e o manteve unido. A continuidade entre Império e Colônia sob o domínio bragantino preserva a unidade nacional, com Varnhagen simbolizando este processo de continuidade no que seria o momento de ruptura: o grito do Ipiranga. Referindo-se ao gesto de

Pedro I, ele afirma: “Com esta resolução, acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana” (Varnhagen, s.d.: 209).

Depois da Independência, coube ao novo Império dar continuidade à obra lusitana e transformá-la em uma nacionalidade dotada de consciência. E ele só ganha sentido, aos olhos de Varnhagen, visto como uma continuidade. Isto porque o presente deve aperfeiçoar o passado, não romper com ele. O futuro deve cumprir as promessas do passado, reatando com a tradição. Deve nascer do passado, não de uma ruptura com ele.

O método utilizado por Varnhagen forma, finalmente, uma continuidade com suas premissas históricas. Não apenas a proposta política de Varnhagen é centralizante mas, como acentua Hoornaert, seu próprio método é centralizante. Em sua obra, ele segue os passos da ação real, e centra a narrativa na figura do rei. A narrativa justifica-o: “o monarca parece legítimo representante de Deus: vigário do Papa, padroeiro da Igreja e advogado dos índios” (Hoornaert, 1974:10).

O julgamento histórico de Varnhagem está, ainda, longe da imparcialidade por ele pretendida. A imagem altamente negativa que ele constrói de José Bonifácio, por exemplo, deve-se, segundo alguns, ao fato de seu pai ter sido prejudicado por críticas feitas pelos Andradas às suas atividades na Fábrica de Ferro de Ipanema, o que rendeu a Bonifácio um inimigo póstumo (Costa, 1972:107).

Mas a busca incessante de documentos levada adiante por ele criou um padrão metodológico novo na historiografia brasileira. Tomemos como ponto de partida a sucinta e exata definição que Wehling nos dá do ideário do autor: “O seu pensamento histórico situa-o no historicismo, valorizando a pesquisa documental, o ineditismo das fontes, o papel do Estado na construção da nacionalidade e a ação individual”(Wehling, 1994:818). E a pesquisa documental foi sua obsessão e sua principal contribuição.

É significativo e exemplar em relação ao método de investigação por ele proposto

sua intervenção no debate travado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a respeito de Caramuru. Trata-se, para ele, de buscar novos documentos sobre o personagem e levar adiante uma rigorosa busca de fontes primárias, o que ele realizaria, de fato, ao apresentar diversos documentos inéditos sobre o tema (Amado, 2000:803-5), sendo que esta busca levou-o, inclusive, a adotar, segundo Capistrano, procedimentos não muito éticos, como ele descreve: “Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia indicar a procedência” (Abreu, 1975: vol. I. 165). Tal busca determinou, contudo, uma característica básica de sua obra: ela é antes descritiva que interpretativa, e Varnhagen, neste sentido, não pode ser definido como um intérprete do Brasil, no sentido em que o seriam, entre outros, Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Este nunca foi seu objetivo.

Tal descrição, porém, não se resume a um mero relato no qual desfilam eventos e personagens. Ele preocupa-se em trabalhar os processos históricos, em avaliar sua importância e em definir suas consequências. Varnhagen não se contenta com a mera descrição factual, buscando traçar um panorama amplo do período colonial, o que ele mesmo explicita: “Dou uma suficiente idéia da cultura, língua e legislação portuguesa na época da colonização para melhor se apreciar o primitivo regime municipal das nossas capitanias” (Varnhagen, 1948b:185). Mas tal amplitude encontra limites definidos com precisão por Francisco Iglésias: “Se se revela ao longo do escrito- **História Geral**-interessado na política, compreende-a pelo prisma do dominador, tem pouca abertura ou é até insensível para aspectos sociais e econômicos” (Iglésias, 2000:84). Mas o autor aposta, contudo, na imperecibilidade de sua obra: “Toda a modéstia não é bastante para que eu não reconheça que a **História do Brasil**, ao menos em muitos de seus períodos, fica com a minha obra de uma vez escrita, e que ela viverá (a obra) eternamente, e fará eternamente honra, Deus mediante, ao Brasil e ao reinado de seu Excelso Protetor” (Varnhagen, 1948b:213).

E falta-lhe, ainda, empatia, o que Capistrano observa com precisão:

“Acresce enfim que espírito introspectante, natureza subjetiva, determinada antes por impulsos íntimos que influências intrínsecas, Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático, que, imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessa-o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos” (Abreu, 1977: série I, 89).

O compromisso do historiador, para Varnhagen, é com a objetividade da verdade histórica. Sua obrigação é descrever o passado exatamente como aconteceu (um compromisso rankeano, evidentemente), e o cumprimento dessa obrigação transforma o texto do autor em uma minuciosa descrição de fatos históricos, em um interminável desfile de personalidades, muitas vezes tedioso e pesado. Ao mesmo tempo, sua obra é mais que isto, e Varnhagen busca enquadrar, pioneiramente, fatos e acontecimentos no processo de formação da nacionalidade. Aqui, sua obra remete a Martius, mas tem um antecessor mais remoto na obra de Frei Vicente do Salvador.

Manoel Bonfim coloca, entretanto, a influência de Frei Vicente sobre Varnhagen em termos de deturpação histórica e vê, em Varnhagen, “o homem que, conscientemente, sonega a primeira e genuína história do Brasil, escrita por um brasileiro, a de Frei Vicente do Salvador” (Bonfim, 1930:111). É natural que o antilusitano e radical Manoel Bonfim seja crítico feroz do lusófilo e conservador Varnhagen: são antípodas, e Bonfim define-o como “o menos humano dos homens, brasileiro de encomenda, sem bondade, num patriotismo de convenção” (Bonfim, 1930:122). Pensar esta antinomia entre ambos os autores ajuda, finalmente, a situarmos a obra de Varnhagen: um projeto conservador, reacionário mesmo, mas fundamental, e de inegável pioneirismo historiográfico.

Referências bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. **Ensaio e estudos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975
- _____. **Correspondência**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977
- ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Campinas, Pontes, 1990
- AMADO, Janaína. **Mythic origins: Caramuru and the founding of Brazil**. In: **The Hispanic American Historical Review**, vol. 80, num. 4. Durnham, Duke University Press, 2000
- BONFIM, Manoel. **O Brazil na História: deturpação das tradições: degradação política**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- CAIRO, Luiz Roberto. **Francisco Adolfo de Varnhagen e o instinto de americanidade da literatura brasileira**. In: **Vidya**, Vol. 19, Num. 34, Santa Maria, Centro Universitário Franciscano
- CANO, Jefferson. **Machado de Assis, historiador**. In: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998
- CEZAR, Temístocles. **Varnhagen e os relatos de viajantes do século XVI: ensaio de recepção**. In: **Anos 90**, Num. 11. Porto Alegre. UFRGS, 1999
- CLASTRES, Helena. **Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani**. São Paulo, Brasiliense, 1978
- COSTA, Emília Viotti da. **José Bonifácio: homem e mito**. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822: dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 1972
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro, Sul Americana, 1968
- DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1974

- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo, HUCITEC/EDUSP/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957
- _____. **Livro dos prefácios**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1500-1800**. Petrópolis, Vozes, 1974
- IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Nova Fronteira/Editora da UFMG, 2000
- LOPES, Hélio. **Letras de Minas e outros ensaios**. São Paulo, EDUSP, 1997
- MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. São Paulo/Bauru, FAPESP/EDUSC, 2001
- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1996
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986
- MOTTA, Lúcio Tadeu. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração indígena no Estado nacional**. In: *Diálogos*, vol. 2, num. 2. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 1998
- ODÁLIA, Nilo. *Introdução*. In: VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *Textos escolhidos*. (Org. Nilo Odália). São Paulo, Ática, 1979
- _____. **As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna**. São Paulo, Editora da UNESP, 1997
- PRADO, Armando. *Francisco Adolpho de Varnhagen*. In: *Revista do Brasil*, num.1. Rio de Janeiro, 1916
- PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil**. São Paulo, Ediouro, 2001
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999
- RODRIGUES, José Honório. **História combatente**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982
- SANCHES, Edgard. **Língua brasileira**. São Paulo, Nacional, 1940
- SCWHARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo, DIFEL, 1979
- WEHLING, Arno. **Varnhagen, Francisco Adolfo de**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. São Paulo, Verbo, 1994
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. **História da independência do Brasil**. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, s.d.
- _____. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. São Paulo, Edições Cultura, 1943
- _____. **Florilégio da poesia brasileira**. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1946
- _____. **História geral do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1948
- _____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1948a
- _____. **Textos escolhidos**. (Org. Nilo Odália). São Paulo, Ática, 1979
- VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973